

Projecto de autonomia

- um projectil contra a psicologização da Escola?!

A capitalização dos saberes escolares ou os efeitos da teoria do capital humano aplicada ao produto escolar, a consequente massificação do sistema educativo e a inerente escolarização dos problemas sociais (ou a abordagem dos problemas sociais, no interior da escola, como se de problemas escolares se tratasse), constituíram, na última crónica, uma tríade conceptual a partir da qual se argumentava contra a psicologização dos comportamentos escolares, enquanto base cognitiva ainda dominante na regulação do sistema educativo. Porque tal tendência continua, em grande medida, a estruturar o funcionamento da escola actual, muito por imposição dos desígnios institucionais que a regulam, especialmente dos que visam a individualização do mérito e a cultura da disciplina (nos seus múltiplos sentidos), importa que nela nos detenhamos.

A tradição psicologizante, bem antes de Binet a ter consagrado cientificamente, pressupondo a naturalização dos comportamentos humanos como expressões de inclinações ou aptidões naturais dos indivíduos, fazia já parte do senso comum como um mecanismo precioso de atribuição de responsabilidades e controlo da acção humana. A legitimação científica posterior, muito mais simbolicamente que pelas práticas materiais, diga-se de passagem, teve o mérito de categorizar, objectivamente, as competências escolares dos alunos, enquanto alunos, isto é, sujeitos da aprendizagem escolar, como se a escolarização fosse uma condição natural e, portanto, universal do ser humano. De facto, só mediante a universalização desta condição (o destino escolar) ou a sua atribuição a todos os indivíduos nascidos é que se pode fazer dela uma referência de discriminação futura, isto é, de legitimação da diferença.

Se tivermos em conta que essa discriminação se faz, exemplarmente, tendo por medida a qualidade do produto escolar individualmente referido mas colectivamente administrado (em condições teoricamente idênticas), logo nos aperceberemos de como a prática psicologizante se tornou especialmente apta para gerir a sala de aula, como espaço privilegiado da escola. A tradição psicologizante vai, assim, de par, com uma concepção de profissão docente que se exprime, emblematicamente, no modelo instrucionista da escola, mesmo que essa tradição se vista de roupagens novas, como aquelas que abrilhantam as moderníssimas teorias da motivação didáctica.

Se, todavia, considerarmos que a escola de hoje não é redutível a uma sala de aula, o que nos obriga a considerar que os problemas que nela se vivem não são escolarizáveis no sentido de que, sendo problemas sociais, não são neutralizáveis pela escola, sem a própria neutralização desta, teremos de reconhecer que o modelo psicologizante, sobre o qual repousa o sistema cognitivo que enforma, predominantemente, a nossa interpretação dos comportamentos escolares (docentes e discentes), constitui-se num poderoso obstáculo a qualquer processo de transformação.

É grande a tentação para ver no Projecto de Autonomia das escolas um processo superador deste obstáculo, enquanto movimento fator de interacção e comunicação. Tão grande como a suspeita de que a sala de aulas continuará inviolável: a unidimensionalidade dos tempos curriculares e a fantasmática das classificações face aos exames (de novo) nacionais dão-se mal com autonomias. A psicologização ainda vai no adro....

Manuel Matos